

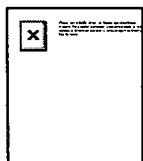
**Lorena Melo Silva**

**De:** daniel@apine.com.br em nome de APINE Associação Brasileira de PIEs  
<apine@apine.com.br>  
**Enviado em:** terça-feira, 31 de maio de 2016 18:26  
**Para:** consulta publica.portaria  
**Cc:** Régis Martins - APINE; Guilherme Jorge Velho  
**Assunto:** Contribuições da Apine para CP MME (Port. 172/2016)  
**Anexos:** Anexo 2 - Carta PRE 415-2014 (Julio SRT) Acesso Transmissão.pdf; Anexo 1 - Carta PRE 333-2015 (Márcio Zimmermann) Mercado Livre.pdf; CP\_Margem\_Escoamento\_Contribuição\_Apine\_final.docx

Prezados(as),

Encaminhamos em anexo as contribuições da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE, à Consulta Pública da Portaria n.º 172/2016, que tem como objetivo *estabelecer Diretrizes Gerais para Definição de Capacidade do Sistema Interligado Nacional – SIN para escoamento de geração de energia elétrica proveniente de Leilões de Energia Nova, de Fontes Alternativas e de Energia de Reserva.*

Atenciosamente,



**Régis Martins**  
Diretor Executivo

Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE  
SHS, Quadra 6, Ed. Brasil XXI, Bl. C, sala 212-Brasília-DF  
Tel. (61) 3224-6731 / 3226-3130 / 3226-5578 / 3224-8919  
Fax (61) 3202-2616



**APINE**Associação Brasileira dos Produtores  
Independentes de Energia Elétrica

## **Consulta Pública MME - Definição da capacidade do SIN relativa ao escoamento de geração de energia proveniente de leilões de energia nova, de fontes alternativas e de energia de reserva**

**Ato Regulatório: Portaria nº 172 de 10 de Maio de 2016**

**Contribuição: Associação Brasileira dos Produtores Independentes  
de Energia Elétrica - Apine**

Primeiramente, a Apine parabeniza o Ministério de Minas e Energia pela iniciativa em disponibilizar uma Consulta Pública para debater este tema com os agentes. Aproveitamos a oportunidade para propor que este rito se torne frequente na regulamentação dos demais assuntos do setor.

Na Consulta Pública em tela, faz-se necessário o aprimoramento das premissas propostas para cálculo da capacidade de escoamento a ser destinada para os leilões, em especial na configuração das usinas que atuam no Mercado Livre, de modo a dar um tratamento isonômico entre os dois ambientes de comercialização (ACR e ACL). Na proposta apresentada, enquanto as usinas do ACR são consideradas no cálculo, caso tenham sido consagradas vencedoras de algum leilão, mesmo que não tenham solicitado acesso ou mesmo tenham outorgas emitidas, as usinas do ACL somente são consideradas caso possuam contrato de uso ou de conexão do sistema de transmissão (CUST e CCT) assinados até a data final do cadastramento pertinente.

Assim, ao se fazer essas exigências das usinas do ACL, como requisito para cálculo da capacidade de escoamento, serão excluídas as usinas em desenvolvimento que negociaram energia neste ambiente e que estão seguindo rigorosamente as etapas regulatórias para conseguir entrar em operação comercial na data pretendida. Muitas dessas usinas inclusive aportaram garantias financeiras de fiel cumprimento, possuem compromissos contratuais com a aquisição de equipamentos que representam praticamente a o CAPEX total do investimento, e, inclusive protocolaram ou obtiveram o Parecer de Acesso junto ao ONS.

Igualmente não é prudente que quaisquer usinas que não tenham assumido o comprometimento com a implantação de seu empreendimento sejam consideradas para efeitos de cálculo da margem de escoamento, o que pode ser considerado reserva de mercado. Esse é o caso, por exemplo, de usinas que obtiveram o Despacho de Requerimento de Outorga – DRO, documento



# APINE

Associação Brasileira dos Produtores  
Independentes de Energia Elétrica



necessário durante a etapa de implantação da usina, mas que não exige, necessariamente, a assunção de maiores compromissos.

Lembramos que o tema já foi motivo da carta PRE 333/15 (Anexo I) enviada ao Ministério de Minas e Energia. Nesta carta é detalhada a visão da Apine sobre o tema supracitado.

Além disso, destaca-se o notório fato de que a expansão do sistema de geração de energia está fortemente pautada em usinas renováveis de menor porte, como é o caso de eólicas e solares, tendo como principal característica o prazo reduzido de implantação. Esse curto prazo para implantação está em contraste com os longos prazos para obtenção de licenças, autorizações junto à ANEEL, ONS e demais órgãos, problema esse já expressado pela Apine à ANEEL por meio da Carta PRE 415/14 (Anexo II). Como consequência, a assinatura dos contratos CUST e CCT se dão, na prática, em uma etapa próxima a entrada em operação dessas usinas e nada pode ser feito por esse empreendedor para assumir os compromissos desses contratos antes de esta etapa burocrática ser finalizada, sendo esta parte da causa do problema.

Portanto, a não consideração das usinas do ACL que possuem rigorosos compromissos com a entrada em operação trazem sérios riscos a esses empreendedores, além da já citada assimetria de tratamento com as usinas do ACR.

Ademais, vale ressaltar, que o mecanismo do leilão garante a conexão quanto à margem de escoamento, porém não quanto à disponibilidade da linha de transmissão na data de entrada em operação da usina, imputando aos geradores prejuízos enormes, riscos desproporcionais e alheios a sua capacidade de gestão. Neste ponto acreditamos ser totalmente justificável a manutenção do direito de um mecanismo que forneça garantia de recita à usina que estiver apta a operar haja vista os esforços em mitigar o risco da transmissão trazidos por esta Portaria e que envolve MME, EPE e ONS neste tipo de leilão.

Esperando contar com a boa acolhida de V.Exa. à presente, ficamos à disposição para esclarecimentos adicionais entendidos necessários e antecipamos nossos melhores agradecimentos.

Demais contribuições são apresentadas no Anexo deste documento.

TEXTO/MME	TEXTO/APINE	JUSTIFICATIVA/INSTITUIÇÃO
Art. 1º Estabelecer diretrizes gerais para a definição da capacidade do Sistema Interligado Nacional - SIN relativa ao escoamento de geração de energia elétrica proveniente de leilões de energia nova, de fontes alternativas e de energia de reserva	Art. 1º Estabelecer diretrizes gerais para a definição da capacidade do Sistema Interligado Nacional - SIN relativa ao escoamento de geração de energia elétrica proveniente de leilões de energia nova, de fontes alternativas e de energia de reserva, compreendido nos anos A-3, A-2 ou A-1.	Realizar leilões com conexão garantida para um horizonte de 5 anos limita a expansão da oferta de geração, ao privar a participação de empreendimentos distantes do centro de carga e, consequentemente, limitando a implantação de uma nova da rede de transmissão associada a esses empreendimentos. Apesar disso, ressalta-se as inúmeras dificuldades vivenciadas por empreendimentos vencedores de leilões A-5 com descasamento das obras de transmissão, seja por atraso na definição de uma solução de planejamento seja pela ausência e/ou atrasos na transmissão correspondente. Esse fato evidencia a necessidade de melhorias nas regras e no modelo, além das discutidas no âmbito desta consulta pública, para não comprometer nem a expansão da transmissão nem a expansão da geração.
Art. 2º Para os fins e efeitos desta Portaria são adotadas a terminologia e as definições estabelecidos a seguir: VII - Capacidade do SIN para Escoamento de Geração: Capacidade de Escoamento de Energia Elétrica dos Barramentos da Rede Básica, DIT e ICG;	Art. 2º Para os fins e efeitos desta Portaria são adotadas a terminologia e as definições estabelecidos a seguir: VII - Capacidade do SIN para Escoamento de Geração: Capacidade de Escoamento de Energia Elétrica dos Barramentos da Rede Básica, DIT, ICG e Distribuição;	Entendemos que as Distribuidoras também devem ser consultadas pela EPE a respeito da viabilidade de escoamento dos empreendimentos de geração, uma vez que ao se conectarem na Rede Básica, podem afetar o sistema e a margem de escoamento.

<p>Art. 3o Na definição da capacidade do SIN para escoamento de geração deverão ser observados os prazos e atribuições previstos neste artigo.</p> <p>§ 1o A Nota Técnica Conjunta ONS/EPE de Metodologia, Premissas e Critérios, para a definição da capacidade do SIN relativa ao escoamento de geração, será elaborada pelo ONS e pela EPE no prazo de até vinte dias, contados da publicação das diretrizes do leilão, e deverá ser aprovada pelo Ministério de Minas e Energia no prazo de até dez dias do seu recebimento.</p>	<p>Art. 3o Na definição da capacidade do SIN para escoamento de geração deverão ser observados os prazos e atribuições previstos neste artigo.</p> <p>§ 1o A Nota Técnica Conjunta ONS/EPE de Metodologia, Premissas e Critérios, para a definição da capacidade do SIN relativa ao escoamento de geração, será elaborada pelo ONS e pela EPE no prazo de até vinte dias considerando os decks de simulação do ONS, contados da publicação das diretrizes do leilão, e deverá ser aprovada pelo Ministério de Minas e Energia no prazo de até dez dias do seu recebimento.</p> <p>I – A Nota Técnica que trata o § 1º deverá ser disponibilizada para Audiência Pública juntamente com a minuta do Edital e respectivos Anexos do Leilão.</p>	<p>É importante que as simulações sejam feitas até o horizonte de estudo do ONS, horizonte onde existem menos incertezas sobre as premissas, reduzindo assim o risco de dimensionamento equivocado das margens para escoamento.</p> <p>Além disso, é necessário prever a contribuição da sociedade e dos envolvidos diretamente nesses leilões para a elaboração da Nota Técnica</p>
<p>Art. 3º</p> <p>§ 4º Concluída a etapa de Cadastramento do Leilão, a EPE encaminhará às concessionárias de transmissão de energia elétrica, consulta formal sobre a Viabilidade Física de Conexão nas Subestações indicadas pelos empreendedores no ato do referido Cadastramento, devendo a consulta ser respondida no prazo de até quinze dias de seu recebimento, observando os critérios de classificação das Subestações, conforme estabelecido na Nota Técnica Conjunta ONS/EPE de Metodologia, Premissas e Critérios, observado o disposto no art. 10.</p>	<p>§ 4º Concluída a etapa de Cadastramento do Leilão, a EPE encaminhará às concessionárias de transmissão e distribuição de energia elétrica, consulta formal sobre a Viabilidade Física de Conexão nas Subestações indicadas pelos empreendedores no ato do referido Cadastramento, devendo a consulta ser respondida no prazo de até quinze dias de seu recebimento, observando os critérios de classificação das Subestações, conforme estabelecido na Nota Técnica Conjunta ONS/EPE de Metodologia, Premissas e Critérios, observado o disposto no art. 10.</p>	<p>Entendemos que as Distribuidoras também devem ser consultadas pela EPE a respeito da viabilidade de escoamento dos empreendimentos de geração, uma vez que ao se conectarem na Rede Básica, podem afetar o sistema e a margem de escoamento.</p>

<p>§ 5º Será publicada, nos sítios eletrônicos da ANEEL, da EPE e do ONS, no prazo de até setenta dias antes da data de realização do Leilão, a Nota Técnica de Quantitativos da Capacidade para Escoamento de Energia Elétrica de Barramentos da Rede Básica, DIT e ICG, contendo informação quantitativa para capacidade de escoamento de:</p> <p>§ 7º A alteração da informação quanto ao Acesso do empreendimento ao SIN, estabelecida no § 6o, estará limitada à substituição do Ponto de Conexão ao SIN indicado no ato do cadastramento do Leilão, por um dos Pontos de Conexão para os quais tenha sido publicada a capacidade para escoamento, elencados na Nota Técnica de Quantitativos da Capacidade para Escoamento de Energia Elétrica de Barramentos da Rede Básica, DIT e ICG.</p>	<p>§ 5º Será publicada, nos sítios eletrônicos da ANEEL, da EPE e do ONS, no prazo de até setenta dias antes da data de realização do Leilão, a Nota Técnica de Quantitativos da Capacidade para Escoamento de Energia Elétrica de Barramentos da Rede Básica, DIT, ICG e Distribuição, contendo informação quantitativa para capacidade de escoamento de:</p> <p>§ 7º A alteração da informação quanto ao Acesso do empreendimento ao SIN, estabelecida no § 6o, estará limitada à substituição do Ponto de Conexão ao SIN indicado no ato do cadastramento do Leilão, por um dos Pontos de Conexão para os quais tenha sido publicada a capacidade para escoamento, elencados na Nota Técnica de Quantitativos da Capacidade para Escoamento de Energia Elétrica de Barramentos da Rede Básica, DIT ICG e Distribuição.</p>	
--	---	--

<p>Art. 3º (...) § 6º Para fins de participação no leilão, o empreendedor poderá, por sua conta e risco, alterar junto à EPE a informação quanto ao Acesso do empreendimento ao SIN indicado no ato do cadastramento do leilão, no prazo de cinco dias, contados da data de publicação da Nota Técnica de Quantitativos da Capacidade para Escoamento de Energia Elétrica de Barramentos da Rede Básica, DIT e ICG.</p>	<p>Art. 3º (...) § 6º Para fins de participação no leilão, o empreendedor poderá, por sua conta e risco, alterar junto à EPE a informação quanto ao Acesso do empreendimento ao SIN indicado no ato do cadastramento do leilão, no prazo de cinco dias úteis, contados da data de publicação da Nota Técnica de Quantitativos da Capacidade para Escoamento de Energia Elétrica de Barramentos da Rede Básica, DIT e ICG e distribuição.</p>	<p>Importante definir prazo adequado para a análise do empreendedor.</p>
<p>Art. 4º A metodologia, as premissas e os critérios de definição da capacidade do SIN para escoamento, estabelecidos pelo ONS e pela EPE e aprovados pelo Ministério de Minas e Energia, deverão observar o disposto nesta Portaria. § 1º Na configuração do sistema do leilão, para a realização da primeira fase, considerando a capacidade do SIN para escoamento de geração, será considerada a expansão da Rede Básica já contratada ou outorgada com entrada em operação comercial prevista de seis meses de antecedência em relação à data de início de suprimento da energia elétrica.</p>		<p>Cabe destacar que independente do prazo de antecedência a ser adotado, é necessário um maior rigor com previsões consideradas para a entrada em operação comercial dos empreendimentos de transmissão. É bastante comum verificar obras com grandes atrasos em um dos marcos contratuais intermediários sem alteração da data final de entrada em operação comercial, prejudicando a aderência das simulações com a realidade. Uma proposta para maior aderência das datas de entrada em operação dos empreendimentos de transmissão é que o maior atraso verificado em um marco intermediário de implantação seja acrescentado à data de entrada em operação desse empreendimento para fins de simulações do ONS. Por exemplo, se é verificado um atraso de seis meses para obtenção da Licença Prévia, o prazo para entrada em operação do empreendimento também se atrase por seis meses.</p>

<p>Art. 4º A metodologia, as premissas e os critérios de definição da capacidade do SIN para escoamento estabelecidos pelo ONS e pela EPE e aprovados pelo Ministério de Minas e Energia deverão observar o disposto nesta Portaria.</p> <p>§ 6º A capacidade para escoamento de geração em Ponto de Conexão sob responsabilidade de concessionária ou permissionária de distribuição corresponderá ao maior valor de potência do empreendimento para o qual seja apresentado o Parecer ou documento equivalente para acesso às redes de distribuição, previstos no art. 4º, § 3º, inciso VI, da Portaria MME nº 102, de 2016, na respectiva Subestação da distribuidora, considerando, exclusivamente para esse fim:</p> <p>I - a potência injetada do empreendimento de maior montante de uso do sistema de distribuição para empreendimentos a biomassa; e</p> <p>II - a potência nominal do empreendimento de maior capacidade instalada, para as demais fontes.</p>	<p>Art. 4º A metodologia, as premissas e os critérios de definição da capacidade do SIN para escoamento estabelecidos pelo ONS e pela EPE e aprovados pelo Ministério de Minas e Energia deverão observar o disposto nesta Portaria.</p> <p>§ 6º A capacidade para escoamento de geração em Ponto de Conexão sob responsabilidade de concessionária ou permissionária de distribuição corresponderá ao somatório das potências dos empreendimentos para os quais sejam apresentados o Parecer ou documento equivalente para acesso às redes de distribuição, previstos no art. 4º, § 3º, inciso VI, da Portaria MME nº 102, de 2016, na respectiva Subestação da distribuidora, considerando, exclusivamente para esse fim:</p> <p>I - a potência injetada do empreendimento de maior montante de uso do sistema de distribuição para empreendimentos a biomassa; e</p> <p>II - a potência nominal do empreendimento de maior capacidade instalada, para as demais fontes.</p>	<p>Para elaboração da metodologia e premissas para definir a capacidade de escoamento de geração em ponto de conexão com a Distribuidora, é necessário considerar todos os empreendimentos para os quais foram apresentados o Parecer de Acesso para definir a capacidade máxima necessária para atender os empreendimentos que solicitaram o Parecer de Acesso à rede de distribuição.</p> <p>Esta consideração é importante, uma vez que a Distribuidora pode ter disponibilidade na rede maior que a potência do empreendimento de maior potência, principalmente quando complexos de usinas pleiteiam o mesmo ponto.</p>
<p>Art. 5º Para fins de configuração da geração utilizada na definição de capacidade do SIN para escoamento de geração nos leilões de que trata esta Portaria serão considerados:</p> <p>II - os empreendimentos de geração contratados em Leilões de Energia Nova, de Fontes Alternativas ou de Energia de Reserva</p>	<p>II - os empreendimentos de geração contratados em Leilões de Energia Nova, de Fontes Alternativas ou de Energia de Reserva precedentes, com início de suprimento do contrato regulado no prazo de até dois anos após o início de suprimento do Leilão de que trata esta Portaria; e</p>	<p>Ao se considerar empreendimentos de geração com entrada em operação de até dois anos após o início de suprimento no Leilão em questão, empreendimentos vencedores de Leilões com entrada em operação posterior serão considerados, garantindo o mapeamento de sua conexão para melhor definir a capacidade de escoamento dos barramentos.</p>

<p>precedentes, com início de suprimento do contrato regulado no prazo de até seis meses após o início de suprimento do Leilão de que trata esta Portaria; e</p>		<p>Desconsiderar usinas vencedoras do A-5, por exemplo, poderá imputar ao empreendedor que já se sagrou vencedor de um leilão a perda da margem na transmissão sem tempo hábil para a implantação de uma solução estrutural para este escoamento. Esse fato aconteceu no LER/2013, onde foi desconsiderado as usinas vencedoras do A-5/2011 e A-5/2012, ocasionando um descasamento entre a geração e a transmissão, uma vez que a solução estrutural indicada pela EPE (Contrato de Concessão 017/2014 da Transmissão (Cymi Holding/Odoya Transmissora) foi prevista para entrar em 05/09/17.</p>
<p>Art. 5o III - as usinas para fins de atendimento ao Ambiente de Contratação Livre - ACL, desde que o gerador tenha celebrado, até o prazo de cadastramento dos leilões de que trata esta Portaria, os seguintes contratos: a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST e Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão – CCT, para o acesso à Rede Básica; ou b) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD e Contrato de Conexão ao Sistema de Distribuição – CCD, para o acesso às redes de distribuição.</p>	<p>Art. 5o III - as usinas para fins de atendimento ao Ambiente de Contratação Livre - ACL, desde que o gerador <del>tenha celebrado</del>possua, até o prazo de cadastramento dos leilões de que trata esta Portaria: 1) Licença Prévia; 2) Comprovação de situação fundiária (contrato de arrendamento e matrícula do imóvel averbada); 3) Cronograma de obras; 4) Informação de Acesso; 5) Aporte de garantia de 5% do valor do investimento;</p>	<p>A regra proposta nesta portaria ignora o fato de que um empreendimento voltado para o mercado livre exige o cumprimento de várias etapas e o comprometimento de praticamente todo o CAPEX até a efetiva assinatura do CUST e CCT. Com o regulamento proposto se aumenta enormemente o risco para a implantação de uma usina no ACL, que poderá perder o ponto de conexão para uma usina em fase de projeto mesmo estando em um estágio bastante avançado de construção e com todo o seu CAPEX contratado. Por isso entendemos que, assim como no ACR, sejam consideradas as usinas do ACL que tenham assumido um compromisso com a entrada em operação. Consideramos um compromisso firme, em especial, o aporte das garantias de fiel cumprimento de 5% do</p>

		<p>investimento. Destacamos que este aporte está associado a um cronograma estabelecido em sua outorga, que deve ser cumprido pelo empreendedor e está submetido às regras e fiscalização da ANEEL, devendo ser considerada uma obrigação do empreendedor, e, portanto, aceita pelo Poder Concedente como um compromisso do empreendedor com a implantação de seu empreendimento. Para igualdade de tratamento entre ACR e ACL, os documentos a serem considerados para a consideração das usinas do ACL no cálculo da margem de escoamento, em semelhança ao exigido para o ACR, são:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1) Licença Prévia;</li><li>2) Comprovação de situação fundiária (contrato de arrendamento e matrícula do imóvel averbada);</li><li>3) Cronograma de obras;</li><li>4) Informação de Acesso;</li><li>5) Aporte de garantia de 5% do valor do investimento;</li></ol> <p>Por outro lado, já foi utilizado em leilões passados como critério para o dimensionamento da margem a consideração de usinas do ACL que possuísem Despacho que Requerimento de Outorga – DRO. No nosso entendimento este é um estágio muito inicial de implantação de uma usina e com baixo comprometimento do empreendedor, ou seja, também não seria uma consideração adequada ao restringir excessivamente a margem do leilão além de</p>
--	--	--

		<p>permitir a reserva de mercado por estes agentes. Nossa proposta evidencia que as usinas do Mercado Livre não estão fazendo reserva de mercado, mas dispostas a contribuir para a expansão do sistema da mesma forma que as usinas do ACR, uma vez que as regras para garantia de implantação de um projeto, independentemente de seu ambiente de comercialização, são as mesmas.</p>
Art. 5º [...]	<p>Art. 5º IV – Para os empreendimentos de geração (ACR e ACL) que tenham protocolado solicitação de acesso junto ao ONS deverá ser considerado a entrada em operação comercial na data informada no pedido de acesso junto ao ONS.</p>	<p>Este dispositivo visa contemplar as usinas que estão assumindo o compromisso de antecipação de seu cronograma. Esta antecipação é comum, por exemplo, em usinas renováveis como solar e eólica que venderam em leilões A-5 e possuem menor período de implantação.</p>
Art. 5º [...]	<p>V – Não serão considerados os empreendimentos de geração que não solicitaram o acesso junto ao ONS ou Distribuidora em no máximo 1 ano após a emissão da outorga.</p>	<p>Evita restringir excessivamente a margem do leilão por usinas que não serão implantadas. Essas usinas poderiam além de permitir a reserva de mercado por estes agentes. Nossa proposta evidencia que as usinas do Mercado Livre não estão fazendo reserva de mercado, mas dispostas a contribuir para a expansão do sistema da mesma forma que as usinas do ACR,</p>

<p>Art. 9o Fica garantido o Acesso ao SIN aos vencedores do leilão, mediante conexão à instalação considerada na definição da capacidade de escoamento do SIN, observado o disposto no art. 4o, § 3o, e no art. 8o desde que sejam cumpridos os prazos para emissão do ato de outorga da central geradora e de celebração do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST, do Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão – CCT e do Contrato de Comercialização de Energia do Ambiente Regulado – CCEAR ou do Contrato de Energia de Reserva - CER, conforme estabelecido nos Editais dos Leilões.</p>	<p>Art. 9o Fica garantido o Acesso ao SIN aos vencedores do leilão, mediante conexão à instalação considerada na definição da capacidade de escoamento do SIN, observado o disposto no art. 4o, § 3o, e no art. 8o desde que sejam cumpridos os prazos para emissão do ato de outorga da central geradora, assinatura do CCEAR/CER estabelecido no Edital, e solicitação de acesso junto ao ONS ou Distribuidora no máximo 1 ano após a emissão da outorga, devendo após a emissão do Parecer de Acesso assinar o CUST/CCT no prazo previsto na regulamentação. <del>de celebração do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST, do Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão – CCT e do Contrato de Comercialização de Energia do Ambiente Regulado – CCEAR ou do Contrato de Energia de Reserva – CER,</del> conforme estabelecido nos Editais dos Leilões.</p> <p>§ 1º Na ocorrência de indisponibilidade, na data de início de suprimento contratual de energia elétrica, das instalações para acesso às instalações de Rede Básica e DIT do vencedor do leilão, que não estejam sob responsabilidade do agente vendedor, necessárias para o escoamento da energia a ser produzida por empreendimento de geração apto a entrar em operação comercial, o agente vendedor fica isento da obrigação contratual de entrega de energia elétrica, sendo-lhe assegurado o recebimento previsto em contrato.</p>	<p>Em primeiro lugar, para evitar reserva na transmissão/distribuição de usinas vencedoras do leilão com margem é importante estabelecer algumas regras. Considerar CUST e CCT é inócuo, pois não existe prazo máximo estabelecido em regulamentação/Edital para que um empreendimento vencedor solicite o acesso junto ao ONS/Distribuidora para posteriormente assinar o CUST/CCT mediante parecer de acesso emitido, sendo assim sugere-se estabelecer um prazo limite para que os vencedores solicite o acesso junto ao ONS/Distribuidora para que se tenha garantido a margem do leilão.</p> <p>Em segundo lugar, o empreendedor não pode ser penalizado pelo atraso das obras de transmissão associadas ao seu acesso, uma vez que se trata de um risco não gerenciável pelo agente gerador.</p> <p>No caso de leilões com conexão garantida a ausência de culpa fica ainda mais evidente, pois há um esforço em mitigar o risco da transmissão através da simulação pelo ONS da margem de escoamento com premissas conservadoras determinadas pelo MME, como considerar a rede de transmissão já outorgada, em construção e com 6 meses de antecedência. Imagina-se que em um leilão com conexão garantida, tendo a margem calculada por um órgão isento como o ONS, que os casos de atraso da transmissão serão exceções que reforçam a ausência de culpa do agente gerador</p>
---	---	---

<p>Art. 10. As concessionárias de transmissão de energia elétrica, consultadas formalmente pela EPE quanto à Viabilidade Física de Conexão nas Subestações indicadas pelos empreendedores de geração, estarão sujeitas à aplicação penalidades pela ANEEL. Parágrafo único. A EPE deverá enviar à ANEEL relatório a respeito das concessionárias de transmissão de que trata o caput, para subsidiar ação de fiscalização.</p>	<p>Art. 10. As concessionárias de transmissão e distribuição de energia elétrica, consultadas formalmente pela EPE quanto à Viabilidade Física de Conexão nas Subestações indicadas pelos empreendedores de geração, estarão sujeitas à aplicação penalidades pela ANEEL. Parágrafo único. A EPE deverá enviar à ANEEL relatório a respeito das concessionárias de transmissão e distribuição de que trata o caput, para subsidiar ação de fiscalização.</p>	<p>que, por sua vez, cumpriu o seu cronograma.</p> <p>Adequação de texto inserindo a distribuidora para compatibilizar com a contribuição dos Arts. 2º e 3º.</p>
<p>Art. 13. Ficam revogados: I - o art. 9º da Portaria MME no 514, de 2011; e II - o art. 16 da Portaria MME no 132, de 2013.</p>	<p><del>Art. 13. Ficam revogados:</del> <del>I - o art. 9º da Portaria MME no 514, de 2011;</del> <del>e</del> <del>II - o art. 16 da Portaria MME no 132, de 2013</del></p>	<p>Importante que estes dispositivos permaneçam, pois o empreendedor de geração não pode ser penalizados pelos atrasos das obras de transmissão associadas ao acesso da central geradora, uma vez que se trata de um risco não gerenciável pelo agente gerador. Este artigo é indispensável especialmente para os leilões com conexão garantida, conforme discutido na justificativa do art. 9º.</p>

<p>Não há.</p>	<p>Art. XX</p> <p>Quando da publicação da Nota Técnica de Quantitativos da Capacidade de Escoamento de Energia Elétrica de Barramentos da Rede Básica, DIT e ICG, deverá ser disponibilizada no site do ONS e EPE :</p> <p>(i) Caso de referência que originaram a margem divulgada;</p> <p>(ii) a lista dos empreendimentos de geração do mercado regulado e do mercado livre contento as respectivas potências e data de início de operação considerada.</p> <p>Transparência do imput das informações e reprodutibilidade das margens divulgadas</p>	<p>Transparência das informações e reprodutibilidade das margens divulgadas</p>
----------------	---	---